



Ata n.º 2

Ao décimo quinto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, realizou-se, pelas catorze horas e trinta minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- Ponto um: Aprovação da ata da reunião anterior;-----
- Ponto dois: Carta Educativa – Ponto de Situação;-----
- Ponto três: Balanço do 1.º Período;-----
- Ponto quatro: Contrato de Execução – Ponto de Situação;-----
- Ponto cinco: Reajustamento ao Plano de Transportes Escolares 2018/2019;-----
- Ponto seis: Outros Assuntos.-----

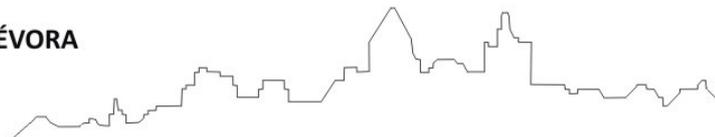
A vereadora Sara Dimas Fernandes, na qualidade de presidente do Conselho Municipal de Educação, deu início à reunião agradecendo a presença das senhoras e senhores conselheiros e justificando que a convocatória para aquela data se devia não só ao facto do primeiro período letivo ter terminado, havendo necessidade de se proceder ao respetivo balanço, como também por haver alguns assuntos que necessitavam ser discutidos, conforme Ordem de Trabalhos.-----

O primeiro ponto teve início com a leitura da ata da reunião anterior, previamente enviada às senhoras e senhores conselheiros através de correio eletrónico, que, depois de ser colocada para aprovação, foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes na reunião anterior.-----

Após aprovação da ata da reunião anterior e dando sequência à reunião, a vereadora Sara Dimas Fernandes, na qualidade de Vereadora do Pelouro da Educação, apresentou o ponto dois da ordem de trabalhos, designado “Carta Educativa - ponto de situação”, explicando ser importante fazer um ponto de situação sobre o processo de elaboração da Carta Educativa do concelho de Évora 2017-2027, um documento estratégico fundamental para que o município possa planear a sua intervenção na área da educação e formação.-----

A Presidente do Conselho Municipal de Educação explicou que o atraso na apresentação pública deste documento se deveu a várias mudanças, entre as quais de ciclos políticos. De seguida, salientou que a metodologia de elaboração desta Carta incluiu a auscultação da comunidade educativa, mediante a realização de painéis temáticos, designados da seguinte forma: Gestão do Pessoal Não Docente ao serviço dos estabelecimentos de educação e ensino; Atividades de Apoio à Família (educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico); Situação das escolas com menos de 21 (vinte e um) alunos; Rede de ensino formativo e profissionalizante; Necessidades Educativas Especiais; Apoios sociais na educação, Sucesso e abandono escolar e Rede local de equipamentos educativos; Projeto Educativo Local.-----

Seguidamente apresentou aos conselheiros as linhas estratégicas da Carta Educativa, nomeadamente: Educar tendo em vista a educação como direito universal e permanente ao longo da vida; Formar para o desenvolvimento de uma capacidade crítica e criativa como vetor fundamental para uma resposta educativa mais qualificada, investindo na formação dos diferentes agentes educativos (alunos, professores, pais,



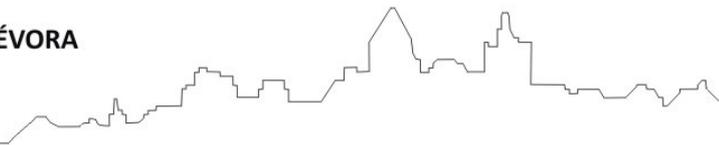
auxiliares, animadores e outros agentes mediadores); Construir uma escola pública de qualidade, que se constitua como vetor de promoção da cidadania e de desenvolvimento, garantindo os princípios de igualdade e equidade; Promover o sucesso escolar e combater o insucesso e o abandono escolares, em particular o abandono precoce, disponibilizando meios e recursos para o efeito; Incluir para que todos possam sentir-se respeitados, suprimindo os diferentes obstáculos, incluindo as barreiras físicas que impedem o exercício do direito à igualdade e à liberdade de ação; Fomentar a educação para a cidadania, partilhando com as escolas, as famílias e instituições socioculturais a responsabilidade de educar para o saber, conhecer, compreender, partilhar, criar e inovar, num desafio constante e em permanente desenvolvimento; Estimular a construção de um projeto educativo local que compreenda as dimensões não formal e informal e a sua articulação e complementaridade com a educação formal; Requalificar os equipamentos escolares e educativos, que assumem um importante papel enquanto fatores de segurança e bem-estar dos seus utilizadores, apostando na manutenção e requalificação e modernização dos edifícios escolares do concelho; Rentabilizar equipamentos e respostas socioeducativas existentes, por forma a responder à procura educativa efetiva, garantindo a qualidade de serviço e uma gestão financeira equilibrada; Coordenar orientações para a política educativa local, com base no diálogo constante entre os diferentes interlocutores; Informar os cidadãos sobre a realidade do concelho, nomeadamente, a sua história, bem como as potencialidades e fragilidades territoriais, desenvolvendo o sentimento de pertença a uma comunidade; e, por último, Avaliar junto dos diferentes órgãos de educação como o Conselho Municipal de Educação, os Agrupamentos de escolas, Associações de Pais, entre outros grupos e instituições com atividade na área socioeducativa, o impacto das ações realizadas, a fim de planear as intervenções futuras de forma concertada e assertiva.-----

De seguida, a Presidente do Conselho Municipal apresentou os objetivos da Carta, explicando estarem em consonância com as suas linhas estratégicas: Adequar a rede educativa à dinâmica social e demográfica, bem como ao desenvolvimento económico, urbanístico e cultural do concelho; Definir prioridades ao nível da política educativa do concelho relativamente à construção de novos equipamentos e à reconversão e adaptação do parque escolar; Otimizar os recursos, serviços e equipamentos do concelho com potencialidades educadoras; Realizar o diagnóstico dos recursos humanos afetos ao sistema educativo e definir medidas de qualificação do serviço prestado; Contribuir para uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo a educação formal, não formal e informal e Estimular a rentabilização de estruturas de diálogo e de sistemas de informação que transformem este instrumento de planeamento num processo em permanente construção e avaliação. -----

Posteriormente, apresentou a proposta de cronograma para a conclusão e implementação da Carta Educativa, recordando que em 2015 já havia ocorrido uma discussão no Conselho Municipal de Educação sobre a Carta Educativa, mas que o facto de terem passado três anos justificaria uma nova discussão. -----

O Dr. Alexandre Pires, diretor do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, pediu que a versão provisória da Carta Educativa fosse enviada a todos os conselheiros, logo que possível, para que pudessem,





então, dar o seu contributo para a melhoria do documento. A Vereadora informou os presentes que ser-lhes-ia enviada essa versão provisória com a brevidade possível.-----

De seguida, a Presidente do Conselho apresentou a estrutura do documento, com recurso ao programa PowerPoint, salientando a colaboração do Laboratório de Demografia da Universidade de Évora, responsável pela elaboração das projeções demográficas para um período de dez anos (entre os anos civis 2017 e 2027). Respondendo ao solicitado pelo conselheiro Dr. Alexandre Pires, a Presidente garantiu que enviariam, por correio eletrónico, essas projeções a todos os conselheiros.-----

A Vereadora passou, então, a apresentar as principais propostas da Carta Educativa, centradas sobre três aspetos: a Rede de edifícios e equipamentos educativos, a Componente “não-física” do sistema educativo e os Recursos Humanos.-----

No âmbito da Rede de edifícios e equipamentos educativos, uma das possibilidades em discussão foi o aumento da oferta do pré-escolar.-----

No que concerne à Componente “não-física” do sistema educativo, a Vereadora salientou a necessidade de um olhar especial, estratégico, sobre as instituições escolares e as necessidades de formação nas freguesias rurais, de modo a garantir a coesão territorial e o desenvolvimento harmonioso do território.-----

A Presidente do Conselho Municipal explicou que está prevista a construção e execução do Projeto Educativo Local (PEL), que virá a incluir as iniciativas do município, mas também de outros agentes e, por fim, apelou aos diretores dos Agrupamentos de escolas, às Associações de Pais e a outras instituições no sentido de pensarem o reordenamento da rede, de forma a ser garantida uma melhor distribuição da rede do pré-escolar e uma maior proximidade geográfica das escolas de cada agrupamento, possibilitando uma maior rentabilização de recursos e equipamentos.-----

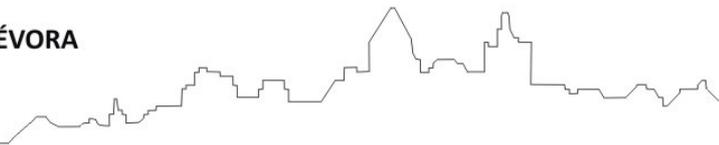
A Vereadora explicou que as propostas em termos de Recursos Humanos visavam o aumento do número total de pessoal não docente efetivo e que, no seu entender, a Carta Educativa deve incluir dados não apenas sobre o pessoal não docente afeto às escolas, mas igualmente sobre o pessoal docente, de modo a garantir uma visão mais completa do diagnóstico educativo do concelho, mesmo nas componentes cuja responsabilidade é do Ministério da Educação.-----

Por último, a vereadora Sara Dimas Fernandes, propôs que a monitorização e avaliação da Carta Educativa se fizesse a partir de planos de ação bienais, o que possibilitaria integrar medidas concretas. Propôs, ainda, que a monitorização e avaliação fossem asseguradas por uma equipa constituída por elementos do município de Évora, dos quatro agrupamentos de escolas de Évora, da Direção Geral de Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Alentejo (DGEstE - DSRA) e da Universidade de Évora. Estas propostas tiveram a concordância de todos os conselheiros.-----

A Vereadora perguntou aos conselheiros se desejavam pronunciar-se relativamente a algum dos aspetos referidos sobre a Carta Educativa do concelho.-----

O conselheiro Dr. Alexandre Pires interveio, referindo que os edifícios escolares do concelho não têm as condições desejáveis para o ensino das tecnologias de informação e comunicação.-----





O Dr. Gazimba Simão reforçou que, para o Ministério da Educação, a questão fundamental nas Cartas Educativas são os equipamentos escolares e que outras matérias resultam de opções de soberania dos municípios e referiu que uma das medidas poderá passar por garantir que todas as escolas urbanas tenham um modelo com quatro salas de aula, um polivalente, uma sala de professores e uma biblioteca. -----

A Dra. Maria de Lurdes Brito, diretora do Agrupamento de Escolas André de Gouveia, mostrou preocupação com o encerramento de uma sala de pré-escolar em Canaviais e a possibilidade de ser encerrada outra no Jardim-de-Infância Penedo de Ouro e salientou que esta redução do número de alunos também deveria ser tida em atenção. Destacou, ainda, a relevância de haver uma articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, particularmente no âmbito da rede dos cursos profissionalizantes e de serem rentabilizados recursos, sempre que se justifique, mediante a manutenção dos cursos nas escolas em que é feito um investimento específico para qualificar determinada oferta educativa.-----

A conselheira Dra. Maria de Lurdes Brito referiu concordar com a necessidade de haver um reordenamento dos agrupamentos e deu como exemplos a proximidade geográfica da Escola Básica do Bairro da Senhora da Glória ao Agrupamento de Escolas André de Gouveia e do EPEI de São Miguel de Machede e do Jardim-de-Infância e Escola Básica de Nossa Senhora de Machede ao Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira. ---

A Dra. Maria João Charrua, Delegada Regional do Ministério da Educação, referiu que há um grupo de trabalho constituído pelo IEFP, CIMAC e DGEstE que reflete sobre a rede de cursos profissionais e que a ANQEP e o Ministério de Educação estariam a analisar a oferta mais adequada no concelho e que a proposta seria apresentada à CIMAC. -----

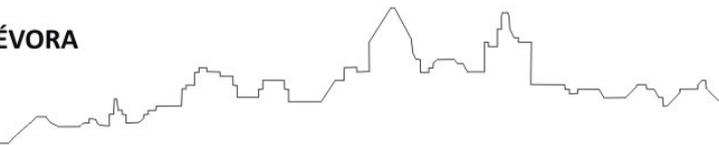
O conselheiro Dr. Alexandre Pires defendeu que os agrupamentos de escolas são mais do que distâncias entre escolas e que têm especificidades. Propôs, ainda, que fosse feito um estudo sobre a possibilidade de haver uma redefinição dos edifícios escolares, possibilitando a construção de centros escolares.-----

Feita a apresentação e análise da proposta da Carta Educativa, foi introduzido o ponto três da Ordem de Trabalhos, Balanço do 1.º Período do Ano Letivo 2018/2019, tendo sido transmitidas ao Conselho Municipal de Educação as seguintes informações:-----

----Ação Social Escolar (ASE): os auxílios económicos contemplados para o 1.º Ciclo do Ensino Básico foram os definidos pelo Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho e para a Educação Pré-Escolar os mesmos que haviam sido atribuídos no ano letivo transato (Alimentação: alunos beneficiários de Escalão A de ASE 100% do valor da vinheta de refeição e alunos beneficiários de Escalão B de ASE 50% do valor da vinheta de refeição; Material Escolar: atribuição de 25,00€ por aluno beneficiário de Escalão A ou B de ASE). Até ao final do 1.º Período haviam beneficiado deste apoio cento e sessenta e nove crianças da Educação Pré-Escolar e mil, quatrocentos e noventa e um alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, correspondente a um investimento de vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e dois euros; -----

----Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's): a Autarquia contratou cinquenta e nove técnicos, três dos quais para assumirem também funções de coordenação, e estabeleceu parcerias com sete entidades externas e duas internas. As ofertas curriculares foram atividade físico-desportiva, música, inglês (English lab



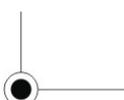


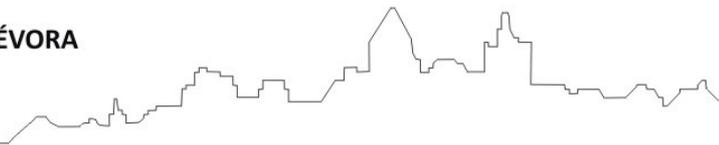
story corner), jogos matemáticos, expressão dramática, danças urbanas, yoga, BAC (Brincar/Crescer/Aprender) e danças do mundo. Ao longo do primeiro período foram promovidas algumas iniciativas: miniconcertos, campeonatos de Jogos Matemáticos (com alunos dos Agrupamentos de Escolas Manuel Ferreira Patrício e Severim de Faria), atividades de exploração da natureza (com alunos do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício), Convívio à Lareira (entre os professores titulares das turmas e os professores das AEC's) e Artes à Escola;-----

----Equipamentos informáticos para os Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico: através de um investimento de vinte mil euros foram adquiridos dezoito computadores, incluindo licenças de software e quadros interativos, para as Escolas Básicas de Almeirim, Bairro da Câmara, Bairro da Comenda, Bairro Chafariz D'El Rei, Bairro do Frei Aleixo, Cruz da Picada, Heróis do Ultramar, Horta das Figueiras, Rossio, São Mamede e Senhora da Glória. Mais informou que já havia um novo concurso para novas aquisições e que a União de Freguesias de Évora, em relação à Escola Básica de São Mamede, propôs a aquisição de três computadores usados em vez de apenas um computador novo;-----

----Refeições Escolares: foram servidas cento e vinte e seis mil, quatrocentas e vinte e nove refeições com a parceria de oito uniões/juntas de freguesia, três agrupamentos de escolas, seis associações (idosos, infantil e de moradores). No primeiro período foram apoiados quinze alunos através dos suplementos alimentares (lanche da manhã e da tarde) e na pausa letiva do Natal foram servidas quinze refeições em cinco refeitórios escolares;-----

----Plano de Ementas Escolares: resultado de uma revisão das ementas pela necessidade de resposta às novas diretrizes do Ministério da Educação e das diretivas ambientais de promoção de circuitos curtos, de consumo local e sazonal de produtos e dum desafio das freguesias urbanas (União de Freguesias de Évora, União de Freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde, União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras e Canaviais) que, nas cantinas que gerem, já tinham em conta essas preocupações e, por isso, através de grupos de produtores locais intermediados pela TRILHO já promoviam o consumo local/circuito curto, foi apresentado o novo Plano de Ementas Escolares subdividido em três planos de ementas (inverno, primavera e verão), cada um deles constituído por ementas escolares, ementas escolares vegetarianas, ementas escolares festivas, ementas escolares vegetarianas festivas, calendário de frutas da época e, por cada prato (sopa, segundo prato, salada e sobremesa), uma ficha técnica. A par destas preocupações, surgiram outras como a motivação e a formação das cozinheiras, na sua maioria idosas e sobrecarregadas, pelo que seria importante pensar num programa dedicado às cozinheiras e direcionado para a formação e convívio entre as cozinheiras das várias escolas. Sobre a sazonalidade e o recurso a produtores locais, a Dra. Maria de Lurdes Brito pediu a palavra e referiu que os Agrupamentos de Escolas estão sujeitos a concursos públicos, havendo cada vez mais dificuldade em encontrar fornecedores que facultem às escolas os produtos alimentares com a qualidade desejada, reforçando ainda que só podem concorrer os fornecedores que estejam inscritos na plataforma através da qual é lançado o concurso. A Prof.ª Gertrudes Pastor, representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia, pediu a palavra para esclarecer que foi devido à obrigatoriedade





dos concursos públicos que houve necessidade de recorrer a uma associação que fizesse a intermediação como produtores locais e pudesse responder aos concursos, no caso, a TRILHO;-----

---Transportes Escolares: através de diferentes meios de transporte (da Autarquia e Juntas de Freguesia, transportes públicos urbanos e interurbanos e empresas de veículos de aluguer - TÁXI) foram transportados quatrocentos e cinquenta e oito alunos. Além das medidas preconizadas pela legislação aplicável, a Autarquia aplicou medidas de apoio extraordinário que consistiram no transporte dos alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico residentes nas freguesias rurais através de veículos das respetivas Juntas, no reajustamento aos circuitos realizados pela Juntas de Freguesia para que os alunos não tenham tempos de espera muito longos e/ou possam frequentar aulas de apoio e na aplicação de medida de discriminação positiva aos alunos que tenham de participar o transporte escolar e que sejam beneficiários de Escalão A ou B de ASE, o que representou um investimento de, aproximadamente, setenta e quatro mil e trinta e oito euro e noventa e cinco cêntimos;-----

---Parque Escolar – Intervenções: feita uma apresentação geral das intervenções executadas pelo Município até ao final do Primeiro Período, destacando-se a aquisição de ares-condicionados para algumas salas de aula, foi feito um ponto de situação das intervenções candidatas, nomeadamente, a intervenção nas coberturas com placas de fibrocimento suscetíveis de conter amianto em várias escolas (Cruz da Picada, Bairro do Frei Aleixo, Horta das Figueiras e Vista Alegre), já concluída; a requalificação das Escolas Básicas do Bairro de Almeirim e de São Mamede; a requalificação da cozinha da EB Cruz da Picada e a requalificação da cobertura da EB Manuel Ferreira Patrício e criação de campos de jogos.-----

Após a apresentação das intervenções no Parque Escolar, pediu a palavra o Sr. Miguel Leitão, representante da Associação de Encarregados de Educação da Senhora da Glória que, sobre o “Kit para o 1.º Ciclo do Ensino Básico” mencionado pelo Dr. Gazimba Simão, referiu que a Escola Básica da Senhora da Glória não tem refeitório (as crianças têm de deslocar-se à Escola Secundária André de Gouveia para almoçar), polivalente ou biblioteca e propôs que, numa próxima candidatura, seja considerada a requalificação desta escola.-----

---Projetos dinamizados: foram mencionados os seguintes:-----

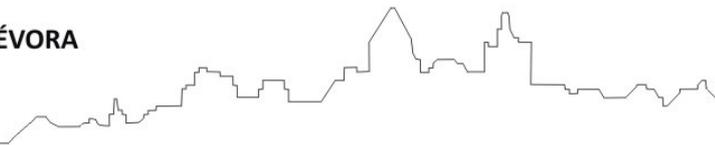
----- Programa de Início de Ano Letivo que contemplou sete ações educativas direcionadas para a comunidade educativa;-----

----- Núcleo Museológico do Alto de São Bento que foi requalificado e apetrechado de recursos tecnológicos que permitem receber grupos de alunos das escolas do concelho, tendo reorganizado as suas atividades e espaços;-----

----- O apoio à criação e manutenção de hortas e de espaços exteriores e em que participam as Escolas Básicas da Horta das Figueiras e de Rossio e do Jardim-de-Infância da Cruz da Picada;-----

----- ECO ESCOLAS, através da cedência de apoio logístico e técnico aos estabelecimentos de educação e ensino aderentes;-----





----- Loja dos Sonhos que dinamizou sessões no *Jardim de Natal* em que participaram cerca de quatrocentos e quinze alunos de dezasseis turmas de oito instituições;-----

----- EducArte: um Projeto Municipal de Promoção do Sucesso Escolar, constituído por uma equipa multidisciplinar de cinco técnicos (animador sociocultural, assistente social, assistente sociocultural, professor e psicólogo) e em funcionamento nos Agrupamentos de Escolas André de Gouveia, Gabriel Pereira e Severim de Faria, abrangendo o Pré-Escolar e o 1.º CEB, sendo monitorizado pelo Departamento de Pedagogia da Universidade de Évora;-----

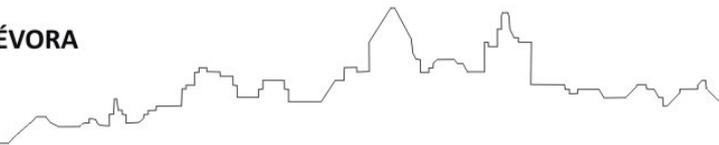
----- Missão Ciência & Arte: foram realizadas três conversas com ciência, uma visita ao laboratório de arqueologia, estando a ser preparadas/programadas novas atividades. -----

Feito o balanço das atividades promovidas pela Câmara Municipal de Évora, a vereadora Sara Fernandes abriu espaço para que todos os presentes pudessem partilhar as suas opiniões, experiências e expectativas com base no primeiro período letivo.-----

A Dr.ª Maria de Lurdes Brito tomou a palavra referindo que, relativamente à participação das turmas nos projetos educativos, a pouca adesão deve-se, por um lado, à dificuldade em gerir o tempo para lecionar os conteúdos programáticos de vastos programas curriculares com o participar em tantas propostas de atividades que chegam aos Agrupamentos e, por outro lado, a dificuldade de transporte para deslocar as crianças e os alunos dos estabelecimentos de educação e ensino que se localizam fora do centro histórico. - De seguida, o Dr. Rui Rosado, na qualidade de representante das IPSS's, referiu a importância de envolver toda a comunidade educativa, com vista à promoção de uma cidadania cognitiva, porque seria interessante que o cidadão fosse ganho para a perceção dos problemas (formação profissional, literacia emocional, escola para a investigação), e participativa, manifestando a preocupação de, até à data, não se ter conseguido que os jovens adultos tivessem adquirido uma qualificação literária e profissional dentro do que seria desejável. - Sobre esta questão, a Dr.ª Sara Fernandes referiu que a Câmara iniciou no ano letivo em curso, a nível das Atividades de Enriquecimento Curricular, um projeto virado para as questões de cidadania, bem como para o conhecimento das instituições e seu funcionamento.-----

Feito o balanço do primeiro período letivo, a Sra. Vereadora Sara Fernandes passou ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos, fazendo o ponto de situação da intenção de revogação do Contrato de Execução assinado em 2009 que transferiu das competências do Ministério da Educação para a Câmara Municipal o pessoal não docente do 1.º, 2.º e 3.º ciclo, a manutenção e equipamento das escolas de 2.º e 3.º ciclo e as atividades de enriquecimento curricular. Desde a sua tomada de posse, o Executivo da Câmara Municipal de Évora tem feito uma reflexão crítica sobre o serviço que, com este contrato, tem sido prestado à população de Évora. Subjacente a estes contratos de transferência de competências do Governo para as Autarquias Locais está a questão do serviço público e a melhoria da qualidade do serviço que é prestado, tendo por base o argumento de que a gestão de proximidade, em teoria, pode permitir um melhor acompanhamento, uma melhor gestão, um maior conhecimento e uma maior ligação aos agentes educativos locais. Dessa reflexão, a Autarquia concluiu que o serviço público que estava a ser prestado ao nível do pessoal não docente nas





escolas não correspondia a um serviço público de qualidade, uma vez que, devido à recorrente falta de meios transferidos pelo Ministério ao longo dos anos, se foram registando vários relatos de situações ocorridas nas escolas que põem em perigo as crianças e em situação de sobrecarga de trabalho os funcionários existentes, de situações de *stress* permanente dos órgãos de gestão de cada um dos agrupamentos naquilo que são ou deveriam ser as tarefas normais do decorrer de um período letivo e que se transformam numa gestão de grande complexidade pelas faltas diárias e dificuldade de gerir o insuficiente pessoal não docente disponível. Face a todos estes constrangimentos, a Autarquia concluiu que a melhoria do serviço público não estaria a ser conseguida, pelo contrário, nem deteria capacidade de resposta para que a referida proximidade compensasse o malefício da falta de recursos, decidindo, no que diz respeito ao pessoal não docente e também à manutenção dos edifícios do 2.º e 3.º ciclo, devolver ao Ministério essas competências. Com base nesta avaliação, a Autarquia entendeu não esperar que acontecesse uma tragédia nas escolas para depois decidir devolver ao Ministério as competências. -----

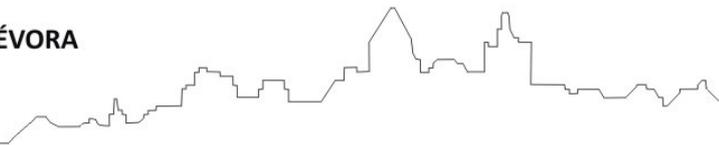
Atendendo a que, devido à tomada desta decisão em julho do ano anterior, a Autarquia foi responsabilizada por alguns problemas ocorridos do início do ano letivo, a Sr.ª Vereadora Sara Fernandes esclareceu que, à data, a Autarquia ainda mantinha a competência, pelo que o problema teve a ver, somente, com insuficiência de pessoal não docente, e a não colocação nas escolas, à semelhança do que havia sido feito ano letivo anterior, de contratos de emprego-inserção, de acordo com as diretrizes dadas pelo Governo, o que se traduziu em menos cinquenta e seis funcionários. -----

À data, já haviam sido realizadas reuniões com o Ministério de Educação, na pessoa da Sr.ª Delegada Regional, e com o Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE), com vista à elaboração das listagens de pessoal a transferir, tendo-se chegado à figura de listagem por Agrupamento, que incluía funcionários vindos do Ministério e, porque o número destes não eram suficiente, funcionários recentemente contratados para resposta a essa competência. -----

A Autarquia irá transferir cento e trinta e cinco assistentes operacionais que se encontram no 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (trinta e nove do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, trinta e um do Agrupamento de Escolas André de Gouveia, trinta e oito do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira e vinte e sete do Agrupamento de Escola Severim de Faria, sendo que, deste Agrupamento, poderiam ser transferidos vinte e oito assistentes operacionais por serem todos do Ministério), ficando na Câmara Municipal os assistentes operacionais afetos aos Jardins-de-Infância e às cozinhas do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico. -----

Sobre este assunto, pediu a palavra a Dra. Maria João Charrua, que confirmou a análise das listagens enviadas, aguardando-se a sua aprovação por parte do Ministério da Educação. Mais informou ser sua intenção, após aprovação das listagens, realizar uma reunião final para encerramento deste processo, com a presença dos senhores diretores dos agrupamentos de escolas para que lhes fossem entregues diretamente as listas definitivas dos assistentes operacionais e assistentes técnicos do respetivo agrupamento, com todos





os elementos necessários para processamento dos vencimentos por parte dos Agrupamentos de Escolas, o que deveria acontecer com cerca de um mês de antecedência.-----

Sobre revogação do contrato de execução propriamente dito, transmitiu que, respeitando os motivos apresentados pela Autarquia, o Ministério da Educação tinha vontade de o continuar. -----

Quanto ao número de funcionários em cada escola, informou que, à data, o Ministério da Educação, através do IGeFE, transferia para a Autarquia a verba necessária e suficiente para pagamento dos assistentes operacionais e dos assistentes técnicos, calculada com base no rácio definido em Portaria, Portaria que poderia ser discutível, mas que, ainda assim, já apresentava algumas melhorias em relação à anterior. Mais informou que os rácios de assistentes operacionais e de assistentes técnicos ficariam garantidos em cada um dos agrupamentos. -----

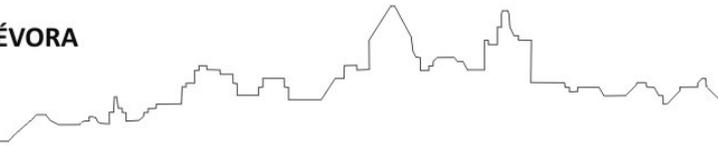
De seguida tomou a palavra o Dr. Carlos Percheiro, diretor do Agrupamento de Escolas Severim de Faria, que, não obstante a melhoria que foi sentida após a alteração à Portaria, enfatizou, não tanto a questão do rácio, mas a da substituição das pessoas por motivo de doença. Sobre este problema, de âmbito nacional, mencionou a existência de um parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a possibilidade da criação de bolsas de recursos distritais ou por delegação e que se julgava de elevada importância, pois permitiria afetar recursos a quatro horas para dar resposta às necessidades. No seu entendimento, assim como outros serviços nacionais não fecham, também o serviço nacional de educação não poderia fechar, pela obrigação social e cultural que as escolas e o sistema têm; contudo, admitiu que se tornava muito difícil manter abertos alguns espaços e que a maior parte do seu tempo era direcionado para a gestão diária do pessoal não docente. Seria importante que o Ministério da Educação e a Autarquia se prevenissem para este tipo de situações, sob pena de se chegar a uma situação em que não seja possível responder ao fundamental, ao cumprimento do serviço nacional de educação. -----

Após a intervenção do Dr. Carlos Percheiro, o Eng.º Fernando Farinha, diretor do Agrupamento de Escolas da Gabriel Pereira, reforçou que a possibilidade de substituição do pessoal não docente é uma urgência, tanto ou mais necessária do que a substituição do pessoal docente, pois há possibilidade de, semanalmente, propor a substituição de docentes. Além da questão da substituição do pessoal não docente, o Eng.º Fernando Farinha destacou a necessidade de haver formação adequada para que seja possível responder às disposições legais emanadas pelo Governo, dando como exemplo a necessidade de servir ementas vegetarianas e não haver pessoal qualificado. -----

Retomando a questão do rácio, relativamente ao agrupamento que dirige, referiu que nem o definido em Portaria estava a ser cumprido, dando como exemplo a Escola Secundária Gabriel Pereira que tem dois pavilhões, mas apenas funcionários para um pavilhão. -----

Sobre a transferência de pessoal não docente no âmbito da revogação do contrato de execução, referiu que temia que se viessem a perder algumas qualificações, mencionando o caso do Agrupamento que dirige e que proporcionou formação específica a alguns funcionários e que, de acordo com o previsto, viriam a deixar de exercer essas funções. Na sua opinião, o esforço e o investimento dos agrupamentos deveriam ser tidos em





conta quer pela Autarquia quer pelo Ministério da Educação, em sede de análise das listagens enviadas ao Ministério da Educação. -----

Tomando novamente a palavra, o Dr. Carlos Percheiro, ressaltou a ajuda da Autarquia em encontrar soluções para as necessidades pontuais, mas também a sensibilidade da parte de outras entidades, incluindo da própria DGEstE, para esta questão. Concluiu, aludindo à importância de atender para a eventual reponderação do fim das carreiras, da indiferenciação das carreiras, assim como à importância de se começar a diferenciar outro tipo de funções. -----

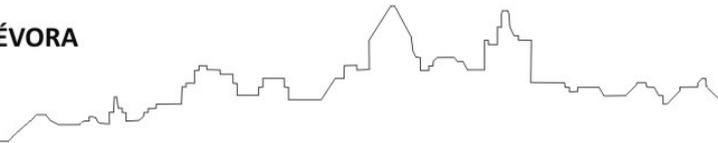
No seguimento do que já havia sido dito ao longo da reunião, o Sr. Miguel Leitão, um dos representantes das associações de pais e encarregados de educação, evidenciando o aumento de situações de *bullying* e acidentes escolares, mencionou o caso da Escola Básica do Bairro Senhora da Glória, onde havia apenas uma assistente operacional para fazer a vigilância de cerca de setenta alunos e, caso houvesse mais assistentes operacionais, poder-se-iam evitar alguns desses acidentes. Relativamente à transferência de pessoal não docente, enquanto representante de pais, declarou que não ser grande o otimismo dos pais e encarregados de educação relativamente ao futuro dos seus educandos nas escolas, referindo que, embora a Autarquia, as Direções dos Agrupamentos, a DGEstE dessem abertura para o diálogo e até enviassem esforços para resolver algumas questões, o que se vinha a verificar é que se tapavam uns buracos, mas que se abriam outros, voltando-se ao ponto de partida. Enquanto pai e representante de outros pais e encarregados de educação apelou a que, com a maior celeridade possível, fossem colocados nas escolas os assistentes operacionais necessários para evitar grandes tragédias. -----

De seguida, o Dr. Alexandre Pires, reiterando o que havia sido dito pelo Dr. Carlos Percheiro e pelo Eng.º Fernando Farinha e que, na sua opinião, retratou o panorama da realidade de então, realçou a questão do dia-a-dia relacionada com as substituições do pessoal não docente. -----

Sobre a situação da Escola Básica do Bairro da Senhora da Glória, o Dr. Alexandre Pires referiu que a questão não tinha a ver com o número de funcionários, pois o rácio definido estava a ser cumprido, podendo ser exceção os dias em que eventualmente algum funcionário estivesse de baixa e não houvesse possibilidade de o substituir, uma vez que, devido às características particulares do Agrupamento, foram definidas prioridades na distribuição de serviço: primeira os serviços de apoio a crianças com necessidades educativas especiais dos Jardins-de-Infância, segunda os serviços de apoio ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, terceira ao 2.º Ciclo do Ensino Básico e quarta ao 3.º Ciclo do Ensino Básico e restantes serviços, sem nunca colocar em causa os centros de aprendizagem onde as crianças são mais vulneráveis. -----

A última questão abordada pelo Dr. Alexandre Pires, e que também já tinha sido mencionada pelo Dr. Rui Rosado e pelo Sr. Miguel Leitão, foi a das crianças passarem mais tempo na escola do que com as famílias. Este facto, na sua opinião, não deveria ser motivo para as famílias não assumirem o seu papel de educar as crianças, pois essa responsabilidade cabe às famílias e não à escola. Sobre as questões de segurança à porta e dentro das escolas, admitindo a sua existência, reforçou a necessidade de todas as partes assumirem a sua parte da responsabilidade, pois não seria possível ter um assistente operacional para cada





aluno. Terminou a questão referindo que o problema não se resolveria com a escola a atirar culpas à família nem a família à escola; enquanto tal acontecesse, ambas as partes andariam desfocadas dos reais interesses das crianças e dos jovens, sendo mais importante procurar soluções do que culpados.-----

Subscrevendo o que já havia sido dito pelos anteriores diretores de Agrupamentos de Escolas, a Dra. Maria de Lurdes Brito, referiu o problema com o pessoal não docente como um problema nacional e que o rácio só seria cumprido quando voltasse a existir uma bolsa como em 2003, 2004 e 2005, anos em que era possível aos agrupamentos de escolas recorrerem a essas bolsas para substituir funcionários com baixas médicas prolongadas. Quando em 2008 houve alteração do paradigma da escola para *escola a tempo inteiro*, também o rácio deveria ter mudado, não apenas o do pré-escolar, que à data se encontrava bem definido, como também o dos restantes níveis de ensino; a mesma atualização deveria ter incluído os assistentes técnicos, contabilizando para o rácio as crianças do pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo em conta o elevado volume de trabalho administrativo das secretarias com estas crianças e alunos. -----

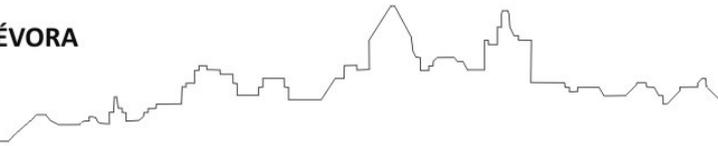
Relativamente ao rácio, a vereadora Sara Dimas Fernandes acrescentou que legalmente as escolas com menos de 20 alunos não têm, segundo o rácio, direito a nenhum assistente operacional, prevendo-se assim que nenhuma das escolas das freguesias rurais, de futuro, seja legalmente contemplada com assistentes operacionais; em escolas com 21 a 48 alunos têm direito a um assistente operacional, onde, na ausência deste, não existe possibilidade de fazer qualquer tipo de gestão; a escolas com 49 a 96 alunos são atribuídos apenas dois assistentes operacionais.

Mais informou que no ano letivo em curso muitas escolas só tinham iniciado as suas atividades devido ao investimento da Autarquia com o seu orçamento próprio, na contratação de onze assistentes operacionais em setembro, sendo que apenas em maio, a Autarquia passou a receber o pagamento desses assistentes operacionais que, até à data, era suportado pela Câmara. Mais informou que o Estado dava uma pequena verba para substituições através da contratação de tarefeiros e que, na verdade, acabavam por substituir necessidades efetivas por não haver assistentes operacionais nas escolas onde se encontravam colocados. -----

Sobre a revogação do contrato, a vereadora Sara Dimas Fernandes destacou a compreensão e empenho de todas as partes envolvidas, reforçando que a Câmara havia tomado a decisão da revogação para dar um sinal inequívoco da necessidade de alterar a realidade; contudo, a proposta final ainda teria de ser levada à Assembleia Municipal, a quem pertencia a decisão final.-----

Em relação à questão do contrato de execução, o Sr. Carlos Reforço, Presidente da Assembleia Municipal de Évora, informou que este órgão tinha levado a cabo uma audição pública em abril de dois mil e dezoito, para a qual foram convocados o Sr. Ministro da Educação, que não aceitou convite nem se fez representar, mas que, no entanto, enviou uma carta onde expressava a colaboração do Ministério da Educação com a Câmara Municipal de Évora; os três deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo de Évora; deputados representantes de partidos com assento na Assembleia da República, mas que não tinham eleitos pelo distrito de Évora (PEV, PAN, Bloco de Esquerda), que, à exceção do PAN, se fizeram representar; sindicatos de





professores; associações de pais e encarregados de educação; sindicatos dos trabalhadores da função pública; um conjunto de entidades que tiveram a oportunidade de apresentar os seus pontos de vista. As declarações registadas foram transcritas para um relatório que posteriormente foi enviado para o Sr. Presidente da República, para o Sr. Primeiro-Ministro, para o Sr. Ministro da Educação, assim como para todas as entidades com competências no assunto. À data da realização da audição pública, a Assembleia Municipal já tinha muita preocupação em relação a esta situação, preocupação que aumentava após ouvir os relatos dos diretores dos agrupamentos de escolas e que obrigava a ir ao encontro de soluções e esforços conjuntos, no sentido de ultrapassar esta situação que se agrava de dia para dia. -----

Passando ao ponto cinco da Ordem de Trabalhos, Reajustamento ao Plano de Transportes Escolares 2018/2019, foi feito o enquadramento da legislação que o regula (Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, na sua redação atual) e das medidas de apoio extraordinário definidas pela Autarquia além da resposta obrigatória, nomeadamente: -----

----Transporte de alunos de 2.º CEB residentes nas freguesias rurais através de veículos ligeiros das Uniões ou Juntas de Freguesia e de carreiras especiais (que garantem o desvio ou prolongamento das carreiras interurbanas); -----

----Rentabilização dos circuitos de transporte escolar para apoio a crianças e jovens que, não preenchendo os requisitos para integrar a rede de transportes escolares, são sinalizados como pertencentes a uma situação socioeconómica desfavorecida e sem resposta alternativa a este nível, desde que a sua integração não implique custos adicionais); -----

----Aplicação de medida de discriminação positiva para os alunos beneficiários da Ação Social Escolar (Escalões A ou B) que participam o transporte escolar (Transportes Públicos Interurbanos: isenção deste pagamento para os alunos com Escalão A e redução em 50% do pagamento previsto para os alunos beneficiários de Escalão B; Transportes Públicos Urbanos: isenção deste pagamento para os alunos com Escalão A ou B); -----

----Reajustamento aos circuitos realizados por Juntas de Freguesia por motivo de incompatibilidade de horários escolares (tempos de espera e frequência de aulas de apoio). -----

De seguida foram apresentados os dados comparativos entre o Plano de Transportes Escolares antes do início do ano letivo e o reajustamento, sendo o documento colocado a votação, da qual resultou a sua aprovação por unanimidade.-----

Passando ao ponto seis da Ordem de Trabalhos, Outros Assuntos, não foi apresentada nenhuma questão.--

Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata. -----

Da presente ata faz parte integrante a Lista de Presenças em anexo.-----

Évora, quinze de janeiro de dois mil e dezanove. -----

